

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 07 DE JANEIRO DE 2021:** *Aos sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e um, reuniu ordinariamente o Executivo Municipal, por videoconferência, ao abrigo do número 3 do artigo 3º e artigo 5º da Lei 1-A/2020 de 19 de março, na sua atual redação, sob a Presidência de Joaquim Jorge Ferreira, Presidente do mesmo, e a participação dos seguintes Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Maria de Jesus Silva, Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Carla Maria de Pinho Rodrigues, Rui Manuel Lopes da Silva e José Domingos Campos da Silva.* =====

===== *Secretariou a presente reunião a Coordenadora Técnica, Maria Augusta Silva Correia.* =====

===== *O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 9h e 35m, dando assim início à mesma.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início ao período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: “Muito bom dia a todos. Em primeiro lugar, naturalmente desejar que tenham passado boas festas na companhia das vossas famílias e desejar-vos um excelente ano de 2021, votos que estendo também às vossas famílias. Algumas notas muito breves: A primeira nota, sobre o Covid no nosso concelho. Com os dados de ontem, estamos com 4 168 casos confirmados em Oliveira de Azeméis. Não temos números sobre a vigilância ativa. Tínhamos no dia anterior 533 casos em vigilância ativa, mas nos números de ontem veio a informação que esses dados estavam em atualização. Sobre o número de internados, temos 93 pessoas internadas no Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, 75 em enfermaria e 18 pessoas nos cuidados intensivos. De Oliveira de Azeméis, temos 11 pessoas em enfermaria e 4 nos cuidados intensivos. Para percebermos a faixa etária destes Oliveirenses, são pessoas entre os 46 e 70 anos. Portanto, uma pessoa tem 46, outra 56, outra 59 e uma pessoa com 70 anos. Portanto, temos aqui um leque de pessoas bem mais jovens do que a tipologia de pessoas, do que a faixa etária de pessoas da primeira fase. Sem os números de ontem e segundo o relatório da ARS Norte, estávamos com uma incidência de 609 casos por 100 000 habitantes, o que nos continua a colocar no conjunto de concelhos de risco muito elevado. Como sabem, é para concelhos que têm um intervalo entre os 480 e 960 casos por 100 000 habitantes. Dar-vos só também alguma informação sobre a vacinação: Em termos dos profissionais de saúde, a vacinação no que diz respeito ao Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, não estou a falar dos ACES, dos cuidados de saúde primários, estou a falar só dos profissionais de saúde e daqueles que têm que ser vacinados em primeiro lugar, segundo os critérios que foram definidos. Nós tínhamos até antes de ontem 1 116*

profissionais vacinados. Ontem foram vacinados mais 400. Portanto, teremos à volta de 1 500 profissionais de saúde vacinados que reúnem, digamos assim, os critérios e portanto, podemos praticamente dizer, no que diz respeito aos profissionais de saúde que trabalham nestes três hospitais – São Miguel, São João da Madeira e São Sebastião – eles estarão em termos dos critérios, todos vacinados porque apesar de termos 1 900 funcionários a trabalhar no Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, temos pessoal administrativo que não faz parte dos critérios de urgência e temos também cinco dezenas de profissionais que não quiseram ser vacinados e outros que não têm condições de saúde - porque têm alergias. Temos também cerca de duas ou três centenas de profissionais de saúde que já tinham sido infetados por Covid-19, portanto, também não fazem parte dos critérios de urgência, digamos assim, para a vacinação. Mas as duas tranches de vacinas, a primeira delas recebida no final do ano de 2020, na última semana, e a segunda tranche recebida agora no princípio do ano, estas 1 500 vacinas foram totalmente administradas e portanto, digamos que genericamente a totalidade dos profissionais de saúde foram vacinados. Só dar uma informação: Estes profissionais de saúde foram todos vacinados no Hospital São Sebastião, por uma questão de condições técnicas para o armazenamento das vacinas e também porque o hospital São Sebastião tem um conjunto de respostas para que caso alguma coisa corresse mal, estariam reunidas as condições para com muito mais segurança e eficácia, poderem ser acudidos esses casos. Basicamente é isto que eu tenho para vos dizer em relação à vacinação. Em relação à situação nos nossos lares e nas nossas escolas, é uma situação que acompanhamos com toda a proximidade. Nós temos um conjunto de escolas com casos. Na grande maioria dos casos essas escolas têm alunos positivados, ou seja, em termos de pessoal docente, nas nossas escolas, temos meia dúzia de professores - dois na Escola Soares Basto, três no Agrupamento de Fajões, um em Loureiro e julgo que também um na Escola Ferreira de Castro. Em termos de pessoal não docente, temos também meia dúzia de casos - dois em Loureiro, um na Escola Soares Basto, um em Fajões e alguns são casos também de isolamento na Escola Ferreira de Castro. Mas depois em termos de alunos, casos positivos, temos um na Escola Ferreira da Silva, seis em Fajões, quatro na Escola Ferreira de Castro e três na Escola Soares Basto. Não temos nenhum em Loureiro, mas temos depois mais alunos em isolamento, em resultado de terem estado em contacto com esses casos positivos, ou com outros casos positivos, nomeadamente, cinco alunos na Escola Ferreira da Silva, treze na Escola de Fajões, na Escola Ferreira de Castro quatro alunos, em Loureiro não temos nenhum aluno em isolamento e na Escola Soares Basto cinco alunos em isolamento. Dar-vos também nota que a brigada UEPS (Unidade de Emergência de Proteção e Socorro) da GNR procedeu a uma segunda desinfeção nas instalações da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis. Neste momento, em termos de lares, tínhamos alguma preocupação com o Lar de S. Roque, mas pelo facto de ter alguns casos positivos em cuidadores, em colaboradores que colocaram alguma pressão e alguma dificuldade no assegurar do serviço de apoio domiciliário. A Câmara Municipal, em contacto com outras IPSS's, conseguiu manter este serviço em funcionamento. Temos também um caso que nos preocupa mais, que é o caso de Cesar, onde temos um conjunto de utentes e de colaboradores também positivos. Desses

utentes positivos, há um que inspira especiais cuidados. Os restantes estão praticamente assintomáticos, ou revelam sintomas ligeiros e portanto, estão a ser devidamente acompanhados e monitorizados. Conforme sabem, a Ministra do Trabalho e da Segurança Social - Ana Mendes Godinho -, referiu publicamente que todos os utentes e trabalhadores dos lares, sem surtos ativos, serão em princípio vacinados até ao final de fevereiro, naturalmente em função da disponibilização de vacinas que formos tendo. Portanto, estas são as informações mais genéricas que eu tenho para vos dar em relação ao Covid. Tinha aqui mais algumas notas muito rápidas, uma delas foi a entrada em funcionamento no dia 28 de dezembro, às oito horas da manhã da ambulância SIV (Suporte Imediato de Vida). Como sabem esta ambulância é tripulada por um enfermeiro e por um técnico de emergência pré-hospitalar e tem como missão garantir um conjunto de cuidados de saúde diferenciados, mas de suporte imediato de vida, ou seja, manobras de reanimação, etc. até que surjam os meios de suporte avançado de vida. Esta ambulância o que tem de diferente em relação a uma ambulância normal das nossas Corporações de Bombeiros, é naturalmente para além da especialização da sua tripulação, estar equipada com monitor desfibrilhador e ter um conjunto de fármacos que permitem um conjunto de intervenções diferenciadas e um conjunto de aplicações de protocolos médicos que não são possíveis de administrar nas ambulâncias das nossas Corporações de Bombeiros. É um meio importante de suporte imediato de vida que permitirá seguramente salvar muitas vidas no nosso concelho. Portanto, assinalar a sua entrada em funcionamento, no dia 28, às oito horas da manhã. Fazer referência às comemorações do 222º aniversário do Concelho de Oliveira de Azeméis. Naturalmente que os condicionalismos da pandemia nos impedem de fazermos cerimónias públicas com participação expressiva das pessoas. Fizemos aquilo que é possível, mas fizemo-lo com dignidade. Tivemos a honra de durante todo o dia termos a presença do Sr. Presidente da CCDR-N - Dr. António Cunha -, que connosco teve oportunidade de visitar um conjunto de pontos de interesse no concelho, sejam eles pontos turísticos, sejam eles pontos de desenvolvimento económico, como a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, ou a Escola Superior Aveiro Norte, onde tivemos oportunidade de, em conjunto com a Universidade de Aveiro, apresentar o projeto que pretendemos desenvolver para a criação naquele local de um grande Campus Universitário, com uma Fábrica de Futuro e com um conjunto de respostas ligadas à produção de conhecimento, à inovação tecnológica, ao empreendedorismo, à incubação de empresas, Startup e Growup, enfim... tivemos oportunidade de explicar ao Sr. Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, a importância de termos aqui entre o Porto e Aveiro, um centro de produção de conhecimento que sirva a indústria da região, mas também naturalmente, a indústria do norte e a indústria do país. Portanto, as palavras que ouvimos foram palavras animadoras. O Presidente da Comissão de Coordenação está a discutir com o Governo e o Governo por sua vez com Bruxelas os programas regionais, programas temáticos e aquilo que nós pedimos foi que nesta área de investimentos importantes no domínio da inovação, no domínio da tecnologia, que este quadro pudesse apoiar este projeto. Portanto, foram criadas importantes expectativas e vamos continuar a trabalhar em conjunto, Câmara

Municipal, Universidade de Aveiro e naturalmente, a sociedade civil através dos nossos empresários e do tecido económico na concretização deste grande objetivo. Dar-vos também nota de que assinamos na passada terça-feira a consignação da requalificação do 'Anfiteatro ao Ar Livre' em Cucujães, de algumas repavimentações do município, mas apenas uma parte delas, porque nós lançamos um concurso dividido em dois lotes. O lote dois foi consignado; O lote um, tivemos agora muito recentemente o visto e portanto, será consignado. Tivemos também a consignação da requalificação da EN 1, uma obra que poderá iniciar-se já durante a próxima semana. Dar-vos também nota que ainda hoje, ou esta semana, será também assinado o auto de consignação da requalificação da Rua do Mosteiro. Uma última nota antes de vos dar a palavra, para neste caso concreto dirigir-me apenas aos Vereadores do PSD, no sentido de vos pedir que connosco reflitam num conjunto de contributos que são fundamentais que nós tenhamos a capacidade de apresentar como sendo os grandes projetos – projetos estruturantes – que queremos que sejam apoiados no âmbito do quadro comunitário de apoio que está agora, digamos, em discussão. Portanto, o que eu vos pedia era que nos fizessem chegar aquilo que entendem como sendo um conjunto de projetos estruturantes para o concelho e que nós possamos incluir na lista dos projetos que queremos apresentar neste caso à CCDR-N, que naturalmente depois delegará na Área Metropolitana do Porto, o processo negocial da distribuição desses fundos. Mas o objetivo era que nós tivéssemos, dentro da medida do possível, como é evidente, uma comunhão de interesses. Vocês poder-me-ão dizer, 'nós apresentamos alguns desses projetos na última proposta de orçamento'. Não me parece que estejamos a falar da mesma coisa. Nós estamos a falar de grandes projetos, daqueles que são absolutamente estratégicos e fundamentais e que muitos deles não podem sequer ser executados no âmbito de um orçamento, de dois, ou três. Estamos a falar de projetos estruturantes que nós pensamos concretizar e que são fundamentais ao concelho e obrigam em alguns casos, a investimentos de muitos milhões de euros. Digamos que é esse tipo de projetos, sendo certo que não vos coíbo de apresentarem outras propostas que não sejam da ordem dos milhões, mas que considerem que são igualmente estruturantes e importantes. Julgo que deveria haver aqui alguma consensualização em termos de projetos estruturantes, porque não tenho dúvidas que aquilo que nos une é o desenvolvimento do concelho, é apresentarmos as melhores propostas para esse desenvolvimento. Portanto, gostaríamos muito de poder contar com o vosso contributo nesse domínio. Evidentemente percebem que há alguma urgência nisto, ou seja, não temos meses para pensar nisto, temos uma semana quando muito para podermos apresentar um conjunto de projetos. Porquê? Porque aquilo que vai acontecer é que a Área Metropolitana do Porto, antecipando-se um bocadinho àquilo que vai ser a recomendação da Comissão de Coordenação, já está neste momento num processo de auscultação dos Presidentes de Câmara para perceber mais à escala metropolitana aquilo que são os projetos que nós devíamos defender. Mas à escala municipal serão os municípios que terão a obrigação naturalmente de apresentar os projetos que querem ver apoiados. Portanto, nós queríamos também antecipar esse trabalho e o mais rapidamente possível fazer chegar à Comissão de Coordenação um conjunto de projetos que nós consideramos absolutamente estruturantes,

projetos que poderão influenciar o aparecimento nesses tais programas temáticos de verbas que permitam a sua concretização. Eu pedia-vos que se possível, até ao final da próxima semana, nos fizessem chegar um conjunto de projetos que considerem que são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento do concelho. Eram estas as notas que tinha para vos dar. Agora naturalmente passo-vos a palavra para as vossas intervenções.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente, eu queria intervir.” **Senhor Presidente:** “Antes de mais, eu peço desculpa, não perguntei pelo estado de saúde da mãe, mas espero que esteja tudo a correr pelo melhor.” =====

===== *O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao* **Senhor Vereador Ricardo Tavares** *que fez a seguinte intervenção: “Está a correr favoravelmente, Senhor Presidente. Obrigado pela preocupação.”* **Senhor Presidente:** “Ficamos muito contentes, as rápidas melhoras.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Muito obrigado. Muito bom dia a todos e um bom ano para todos. Senhor Presidente: Eu queria começar por, em nome dos todos os Vereadores do PSD, dar uma satisfação e uma justificação pelo facto de não termos comparecido à cerimónia do hastear das bandeiras da comemoração dos 222 anos do Concelho de Oliveira de Azeméis. Houve uma falha da nossa parte, comum a todos nós, que resultou de termos recebido dois e-mails sucessivos da Câmara Municipal, na sexta ou no sábado passado, e de no primeiro e-mail termos recebido o convite para participarmos online na comemoração. Na lógica do que se passou na cerimónia do 16 de maio, ficamos com a sensação de que iria haver uma restrição dos convidados e portanto, não teríamos a possibilidade de comparecer. Só lemos o segundo e-mail na segunda-feira, quando verificamos que estavam todos os Vereadores presentes na cerimónia e aí verificamos que constava nesse segundo e-mail, o convite para estarmos presentes na cerimónia do hastear das bandeiras. Eu penso que nós devíamos fazer esta justificação porque temos todo o gosto em participar nestas cerimónias públicas, continuar a receber convites e que não entendessem qualquer desconsideração, indiferença, ou falta de respeito da nossa parte. Ainda relativamente aos contributos da Vereação do PSD solicitados, eu queria perguntar ao Senhor Presidente se prevê alguma reunião de trabalho, no sentido de nós depois de darmos o nosso contributo, podermos discutir estas eventuais propostas que serão enviadas para a CCDR-N, ou se se vai circunscrever apenas ao envio de um documento com propostas de projetos e depois será o Senhor Presidente a fazer essa seleção, chamemos-lhe assim.” =====

===== *O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à* **Senhora Vereadora Carla Rodrigues** *que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos. Bom ano a todos. Em relação às informações que o Senhor Presidente prestou sobre o Covid, apenas manifestar a nossa preocupação com o agravamento da situação e com os números, nomeadamente os números do nosso concelho em relação aos casos confirmados de ontem e de antes de ontem que são bastante preocupantes. Temos mesmo aí uma terceira vaga e portanto, nunca é demais alertar para todos os cuidados e a Câmara Municipal de alguma forma tem feito isso – alertado os cidadãos para o*

perigo iminente e para todos os cuidados que devem ter. E fazemos votos de que efetivamente todos os cuidados estejam a ser tidos e fazemos votos de que haja rapidamente uma inversão destes números e também que o plano de vacinação seja cumprido o mais rapidamente possível. Em relação às informações do Senhor Presidente, era isso que eu tinha a acrescentar. Queria só colocar uma questão que se prende com o acesso ao atendimento da Câmara Municipal, nomeadamente o acesso telefónico. Nós estamos numa altura em que o telefone é o meio preferencial de contacto, para evitar as deslocações e para evitar as aglomerações de pessoas nos serviços, mas temos verificado, até por situações que nos têm sido relatadas e até por experiência própria, de que o acesso telefónico aos serviços da Câmara é extremamente difícil. Sempre que se liga há sempre um atendimento automático, mas a chamada, na maior parte das vezes, imediatamente cai porque não há capacidade de resposta, quer peçamos o atendimento da telefonista, quer peçamos o atendimento ao munícipe, não há capacidade de resposta. No fundo, há aqui uma evidente dificuldade dos cidadãos no acesso aos serviços municipais. Há aqui também uma imagem da Câmara Municipal que de alguma forma está a ser prejudicada e portanto, a pergunta que eu faço é: Quantas telefonistas é que estão ao serviço neste momento e se não está previsto um reforço desse número de telefonistas e dessa capacidade de resposta do município, para que não aconteça sistematicamente o que tem acontecido na maior parte das vezes que é as pessoas tentarem, tentarem, e sucessivamente a chamada cair. Pergunto que resposta é que vai ser dada ou está a ser preparada pelo município para que esta situação não continue a verificar-se.” =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, pelo **Senhor Presidente** foi dito: “Muito obrigado. Dar então algumas informações sobre as questões que foram colocadas pelo Dr. Ricardo. Naturalmente que nós não consideramos que a ausência dos Vereadores do PSD na cerimónia do hastear das bandeiras, tenha a ver com desconsideração, indiferença, ou falta de respeito. Estamos a falar da elevação do concelho e nem sequer me atreperia a pensar numa coisa dessas. Percebemos claramente que houve aí alguma confusão e não há problema rigorosamente nenhum. O que é um facto é que os partidos estiveram representados e isso é que é importante. Os Senhores Vereadores não estiveram, mas tiveram os representantes do partido e portanto, isso para nós é que é relevante. Portanto, o facto de ter acontecido um lapso é absolutamente aceitável e para mim não constitui nenhum tipo de problema. Em relação aos contributos que foram pedidos, eu não esclareci devidamente aquilo que pretendia porque efetivamente não fui suficientemente esclarecedor. Nós vamos fazer este convite, este desafio se quiserem, também aos partidos que têm representação na Assembleia Municipal e portanto, vamos desafiar os partidos a fazerem aquilo e naturalmente os Senhores Vereadores, no quadro dos partidos, farão o vosso trabalho. Nós depois podemos discutir o conjunto de propostas que forem apresentadas. Há uma coisa que não vamos fazer: neste momento não vamos fazer seleção de propostas. Porquê? Porque nós não sabemos que programas temáticos é que vão abrir e a que linha se destinarão a apoiar. Portanto, nós não vamos agora tirar três propostas do PSD, quatro do PS e duas do CDS e*

estivemos a retirar propostas onde vem precisamente os fundos comunitários e ficamos com propostas que não têm apoio comunitário. Portanto, o que nós vamos fazer é, alargar o máximo possível o leque e pegar nas propostas que forem entregues, fazer uma súmula, juntá-las e enviar essas propostas e depois, em função do dinheiro disponível e da orientação dos programas, aquelas que não tiverem nenhuma possibilidade de funcionamento/viabilidade ficarão de fora. Aquelas que tiverem viabilidade de financiamento, essas sim, terão que ser priorizadas e terão que ser selecionadas. Porque como sabem, nós somos todos gente muito rigorosa, mas vamos apresentar propostas para aí de cinquenta milhões sem problema nenhum, não é muito difícil, basta falarmos no saneamento e esgotamos logo cinquenta milhões de euros. Portanto, vai parecer muito dinheiro e aquilo que vamos receber não tem rigorosamente nada a ver com essas verbas. Estaremos a falar de coisas à volta dos dez milhões de euros, por aí, não será muito mais do que isso. Perceberão que vai ter que haver depois um processo de seleção das propostas, mas o que interessa é que esse trabalho seja feito e tenhamos a capacidade de juntos construirmos um documento que seja ambicioso e um documento que reúna aquilo que são as propostas públicas que gostaríamos de ver implementadas no concelho. Em relação à intervenção da Dra. Carla: Há realmente um agravamento dos números, um agravamento substancial que é acompanhado também por aquilo que se está a passar nos municípios da nossa Unidade de Saúde Pública, da região e também do país. O país tem batido recordes em relação ao número de casos. Temos que olhar para isto com preocupação, mas aquilo que disse acabou por ser o mais importante e que é a questão da vacinação. A nossa preocupação para já tem que ser, 'ok, os profissionais de saúde, percebe-se que está a ser resolvido, mas era muito importante que a questão dos lares fosse rapidamente ultrapassada'. Não é que isto signifique uma salvaguarda integral da situação, mas seria muito positivo que tivéssemos os lares todos vacinados, quer os utentes, quer os colaboradores, porque isso significaria termos este grupo de risco salvaguardado, se é que se pode dizer isso, e teríamos também aqui de certa forma os hospitais eventualmente sujeitos a menos pressão, porque efetivamente é deste tipo de instituições que eles recebem muitos utentes e naturalmente são este tipo de instituições que apresentam logo, quando há problemas de infeção, várias dezenas de casos que acabam por pressionar os meios hospitalares. Portanto, era muito importante que nós tivéssemos a possibilidade de cumprir efetivamente essa vontade, essa intenção de vacinação dos nossos lares que não têm surto até final de fevereiro. O trabalho de sensibilização das pessoas tem que continuar. Ainda ontem liguei para a GNR, para o Capitão Telmo, para mandar aqui uma equipa, uma brigada, para dispersar treze ou catorze miúdos que estavam aqui em frente à Câmara. Apenas uma miúda tinha máscara, os outros miúdos nenhum deles tinha máscara. Os miúdos consideram-se imortais, consideram-se imunes e efetivamente de certa forma são imunes e portanto, não conseguimos convencê-los de que eles têm que ter responsabilidade, não só no interior da escola, mas sobretudo no exterior da escola. Aquilo que percebemos, é que eles têm um comportamento na escola que são obrigados a cumprir, mas depois quando se apanham cá fora aliviam claramente, relaxam e aquilo que verificamos é que eles não têm os comportamentos responsáveis que são exigidos. Mas também temos alguns adultos a fazer

o mesmo e que não são bons exemplos. Aquilo que esperamos é que efetivamente a vacina venha substituir alguns comportamentos menos razoáveis a que temos assistido. Em relação ao atendimento da Câmara Municipal: Efetivamente as coisas não têm funcionado bem. Nós já tivemos uma reclamação escrita de um munícipe que tem dificuldade em contactar com os serviços da Câmara. Tem muito a ver com o facto de nós no atendimento automático termos dificuldade, naquele tempo que está definido, para termos as telefonistas disponíveis e nós também temos problemas com as pessoas. Esse é que é o grande problema. Eu não sei exatamente quantas telefonistas estão neste momento ao serviço, não sei se a Vereadora Ana de Jesus depois nos pode ajudar, mas estamos efetivamente com dificuldade. Eu nesta segunda-feira pedi ao Dr. Nuno Gomes, porque inclusive temos um problema que acontece com a mensagem que está gravada, que é uma mensagem da Altice que é o nosso prestador de serviços e essa mensagem é uma mensagem que tem que ser regravada porque está a induzir os munícipes em erro, porque obriga-os a carregar em oito, ou uma coisa qualquer e aquilo não vai para as telefonistas. Portanto, nós pedimos ao Dr. Nuno para ele tratar desse assunto e ver se o resolve definitivamente. Mas efetivamente estamos com problemas no atendimento. Muitas vezes as pessoas ligam e não conseguem ser atendidas e estamos a procurar resolver. É evidente que gostaríamos de dizer que vamos conseguir reforçar as telefonistas, não sei se isso é possível, mas a Senhora Vereadora poderá disponibilizar informações que eu não disponho neste momento.”=====

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à **Senhora Vereadora Ana de Jesus** que fez a seguinte intervenção: “Efetivamente aconteceu agora no final do ano uma dificuldade resultante... Normalmente estão duas telefonistas ao serviço. Por motivos pessoais, uma falhou de uma hora para outra. Atendendo ao número de pessoas que estão de férias nesta fase final do ano não foi possível substituí-la de imediato, o que causou alguns problemas. Mas eu queria dizer-vos que se calhar o serviço que as Câmaras prestam, dentro dos serviços públicos, em termos de atendimento, não tem comparação sequer relativamente aos outros serviços. Nós temos um índice de e-mails que são respondidos quase na hora, em vinte e quatro horas no máximo. Nós temos um serviço de cartão de cidadão que se a pessoa ligar hoje, nós marcamos com ele amanhã. A entrega dos cartões de cidadão é feita entre vinte e quatro a quarenta e oito horas enquanto numa Conservatória está acima de dois meses. Portanto, eu queria que víssemos esta questão do atendimento muito mais para além daquilo que foi uma dificuldade que aconteceu e que temos de assumir, mas que resultou de um imprevisto que não estávamos à espera. Pronto, as pessoas têm todo o direito de fazer essa reclamação, essa reclamação escrita é inclusive de um técnico que tem o meu e-mail pessoal e sempre que precisa me pergunta diretamente as coisas, teve o azar de ter ligado para a Câmara Municipal naqueles dias e teve essa dificuldade. De qualquer forma neste momento estão duas telefonistas ao serviço. Temos já preparado no caso de uma falha, de haver pessoas que as substituam de imediato, mas posso-vos dizer que tenho de certa forma algum descanso de como nós estamos a proceder ao atendimento comparativamente àquilo que se vê aos serviços do Estado, sejam Conservatórias, Repartições de Finanças... As pessoas em geral são*

atendidas no prazo de vinte e quatro horas, o atendimento presencial é no máximo de vinte e quatro a quarenta e oito horas. Foi uma falha que eu acho que não pode pôr em causa todo um trabalho que os funcionários do GAM têm feito no sentido de que a resposta seja o mais rápido possível.” **Senhor Presidente:** “Muito bem. Naturalmente também todos percebemos que estas coisas têm tendência a evoluir, o Balcão Único de Atendimento permitirá a adoção de outro tipo de respostas. E naturalmente que tendo um Balcão Único de Atendimento poderemos introduzir outras medidas no sentido de que seja possível contactar diretamente com departamentos, termos nesses departamentos atendimento. Hoje há uma grande centralização das comunicações que passam pelas nossas telefonistas e há a possibilidade de se fazer em cada um dos locais, ou pelo menos em alguns dos serviços, algum atendimento direto aliviando assim a carga. Mas pelo que percebi teve mais a ver com este final de ano e a indisponibilidade de uma colaboradora que pressionou e dificultou a capacidade de resposta, mas efetivamente o que é um facto, é que esse problema existiu e o que é um facto, é que a mensagem da Altice tem que ser alterada porque ela está a induzir as pessoas em erro.”

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos: - Modificação Orçamental n.º 26/2020; - Modificação Orçamental n.º 01/2021; Despacho I/355/2021. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 79 (reunião ordinária de 17 de dezembro de 2020), a qual foi aprovada por unanimidade. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES** =====

===== **HOMOLOGAÇÃO DA ATA E ATRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS – CONCURSO DE PRESÉPIOS 2020 (I/154/2021):** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que os objetivos subjacentes a este concurso são proporcionar uma maior vivência da mensagem natalícia, sensibilizando a comunidade para a tradição cultural da construção do presépio e promovendo a manifestação artística e a criatividade interinstitucional e individual; 2. Que, de acordo com as normas de participação da iniciativa, compete à Câmara Municipal a atribuição dos prémios nas 3 categorias, a saber: Infantil, Juvenil e Adulto/Sénior; 3. As deliberações tomadas pelo júri do Concurso de Presépios constantes da ata anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); Proponho: A homologação da ata da reunião do júri e a atribuição dos prémios, no valor de 100€ para cada uma das categorias. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponíveis os n.ºs 199, 200 e 201 de 2021, conforme determina a Lei N.º 8/2012 de 21 de fevereiro.” Após análise e

votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade homologar a ata e a atribuição dos prémios relativamente ao Concurso de Presépios. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **ATRIBUIÇÃO MEDIDA 3 IPSS – CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO DE PINDELO (I/133757/2020) – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que na reunião de Câmara Municipal de 30 de abril de 2020, foi aprovado o Quadro de Medidas Excepcionais de Emergência Social e Económica Municipal – COVID 19, anexo à Proposta I/44077/2020 (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); -Que em 14 de maio de 2020, foi aprovada em reunião de Câmara Municipal a Norma para atribuição das Medidas Excepcionais de Emergência Social e Económica Municipal Covid-19, estando considerada a Medida 3 – Apoio às IPSS do Concelho que prestam apoio SAD e com resposta ERPI, no pagamento de despesa de EPI – no montante de €25.000,00; -Que em 9 de julho de 2020, foi aprovada em reunião de Câmara Municipal, a atribuição dos apoios/subsídios às IPSS que se candidataram, contudo o CENTRO SOCIAL CULTURAL RECREATIVO PINDELO, apesar de ter enviado a candidatura dentro do prazo, foi remetida para um endereço de e-mail errado, pelo que não foi possível a sua candidatura ser integrada e analisada no devido tempo. Assim, dado que o Centro Social Cultural Recreativo de Pindelo, tem uma resposta de SAD com 39 utentes, correspondendo nos termos da medida ao valor de 975,00€, conforme análise do serviço de Ação Social, já tendo procedido à entrega dos documentos justificativos, no valor de 1.023,34€, e, mais considerando a situação epidemiológica de emergência de risco muito elevado que afeta o nosso território, as pessoas e famílias, justificasse a necessidade urgente de se efetuar a concessão do apoio e o pagamento. Pelos fundamentos supracitados de urgência e de excecionalidade, não se mostra possível reunir extraordinariamente o Órgão Executivo em tempo útil, pelo que ao abrigo das competências estatuídas nas alíneas b), g), e h), do nº 1, e nº 3, do art.º 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações, aprovo a atribuição de 975,00€ (novecentos e setenta cinco euros), bem como autorizo e determino que se proceda ao respetivo pagamento imediato ao Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo, para esta fazer face a compromissos assumidos e despesas já ocorridas, uma vez que o ato ratificador/autorizador só ocorrerá aquando da realização da próxima reunião da Câmara Municipal, decorrendo destas circunstâncias a prioridade do pagamento. Os encargos resultantes estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1868/2020, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações. Submeta-se o presente despacho à próxima reunião de Câmara Municipal para ratificação e confirmação de todos os atos praticados, em cumprimento e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I, da Lei retrocitada.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES** =====

===== **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MUNICIPAIS (I/131839/2020) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “- A deliberação da Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2017; - Que os transportes constantes da listagem anexa integram os fundamentos que determinam as isenções atribuídas na sua deliberação e estão dentro do número limite global de transportes a conceder; - Nos termos do art.º 11º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais podem ser isentos de pagamento de taxas de utilização os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município; - De acordo com a deliberação supra identificada os transportes das entidades constantes na listagem em anexo, configuram interesse público Municipal para efeitos de isenção; - O pedido de isenção das coletividades relativamente aos transportes realizados/a realizar; Propõe-se que: - Seja avaliado o interesse público Municipal das atividades realizadas pelas entidades desportivas e recreativas constantes da listagem anexa (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do município; - A Câmara Municipal reconheça a isenção das taxas devidas; - Após assumido o transporte, o município possa recorrer ao aluguer para realização do mesmo, por indisponibilidade dos motoristas ou avaria das viaturas municipais.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MUDANÇA DO LUGAR DE ESTACIONAMENTO RESERVADO AOS UTENTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/134059/2020)** – **APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “- Que nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 64º, n.º 2, alínea a). - Que, bem assim, também lhe compete também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º1, alínea rr); - Que, na alínea b) do número 1, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para fins específicos, no horário que para o efeito venha a estabelecer-se. - O despacho dado ao I/133168/2020 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) para mudança do lugar de estacionamento reservado aos utentes do escritório da Ordem dos Advogados nesta cidade. Proponho: 1. Que seja criado um lugar de estacionamento para os utentes da Ordem dos Advogados desta cidade, no horário das 09:00 horas às 19 horas, na Rua General Humberto Delgado, lado Norte em Oliveira de Azeméis. 2. Retirar o lugar de estacionamento atual reservado com a mesma finalidade na Rua 12 de Dezembro de Oliveira de Azeméis e que foi aprovado na

reunião da Câmara Municipal de 19/03/2020. 3. O lugar deverá ser identificado através do sinal vertical H1a (Estacionamento autorizado), com duas placas adicionais: uma modelo 14 com a inscrição "Ordem dos Advogados" e outra modelo 7d com a inscrição, "dias úteis das 09h00 às 19h". Este lugar deve localizar-se no lugar imediatamente a seguir ao lugar reservado para deficientes motores, existente do lado Norte da Rua General Humberto Delgado, identificado com a referida sinalização. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março." Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA CASA SEQUEIRA MONTERROSO – FÓRUM MUNICIPAL” – PROCESSO Nº 06/2020/DEC – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CAUÇÃO (I/132199/2020) - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da empreitada “Reabilitação da Casa Sequeira Monterroso - Fórum Municipal” - Processo N.º 006/2020/DEC, nos termos e para os efeitos do disposto no número 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando que o adjudicatário, Embeiral - Engenharia e Construção, S.A., teve que carregar os documentos de habilitação e a cópia digitalizada em dois momentos, conforme relatado na informação do Gabinete de Empreitadas, I/130727/2020 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), dado se tratar de obra financiada por fundos comunitários, Proponho: 1 - que seja aceite de toda a documentação inserida na plataforma eletrónica acinGov e a tramitação a executar pelos Serviços; 2 - a ratificação do meu despacho datado de 15 de dezembro de 2020, exarado no documento com a referência I/130727/2020.” Pelo **Senhor Vereador Ricardo Tavares**, foi feita a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, se me permite: São vários os casos deste tipo ao longo desta ordem de trabalhos...No ponto seis, no ponto oito, no ponto nove... Esperemos que estes atrasos ...” **Senhor Presidente:** “Destes não. Este é único.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Semelhantes, ou parecidos Senhor Presidente.” **Senhor Presidente:** “Este é mais complexo, não tem nada a ver com os outros, atenção. Os outros não têm a mesma complexidade deste, porque este pode dar azo a reclamações por parte dos outros concorrentes. Os outros não.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Exatamente. Esperemos que estes lapsos e falhas, depois não se traduzam na ... durante a execução da empreitada também... Isso é que nós desejamos. Mas nos pareceres técnicos em anexo... Senhor Presidente eu vou até fazer esta abordagem aos três pontos, porque todos eles têm parecer técnico do Eng.º Vieira Araújo e são quase todos semelhantes, principalmente o do ponto seis e nove e há uma referência a um parecer jurídico da Dra. Vera que justifica de alguma forma um eventual incumprimento, ou invalidade destes atos, ou destas falhas. Nós confiamos no

mesmo parecer, iremos votar favoravelmente estas propostas, mas agradecemos que nos fosse enviado uma cópia desse parecer jurídico relativamente a estas situações.” **Senhor Presidente:** “Mas o parecer jurídico não vos foi enviado depois?” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Não.” **Senhor Vereador Hélder Simões:** “Foi ontem.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Ai foi?” **Senhor Presidente:** “Eu ao ler isto, informação do Eng.º Vieira Araújo, verifiquei que dizia aqui conforme parecer jurídico, e pedi para vos ser enviado ontem.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “A nossa intenção era votar favoravelmente. Só íamos pedir que fosse enviado esse parecer, mas se já foi.” **Senhor Presidente:** “Foi, foi enviado ontem junto das Modificações Orçamentais.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar/ratificar o constante da proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE FAJÕES – BLOCO C” - AUTO Nº 1” – PROCº Nº 30/2017/DEC (I/133118/2020) – RATIFICAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea bb) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a ratificação do meu despacho, datado de 14/12/2020, exarado no documento com a referência nº I/130085/2020 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), relativo à aprovação do Auto de Medição nº 001 de trabalhos contratuais, da Empreitada “ “Reabilitação da EBS de Fajões - Bloco C” - Processo N.º 030/2017/DEC. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº824/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho a que se refere a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE FAJÕES – FASE 2” - PROCº Nº 17/2020/DEC – CAUÇÃO (I/134125/2020) – APROVAÇÃO/RATIFICAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da empreitada “Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Fajões - Fase 2” - Processo N.º 017/2020/DEC, nos termos e para os efeitos do disposto no número 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando que o adjudicatário, J. Prado Correia & Cia, Lda., solicitou uma prorrogação de prazo para a entrega da caução, por a entidade bancária a não ter emitido em tempo, conforme relatado na informação do Gabinete de Empreitadas, I/133563/2020 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), dado se tratar de obra financiada por fundos comunitários, Proponho: 1 - que seja aceite toda a documentação inserida na plataforma eletrónica acinGov, a caução apresentada e a tramitação a executar pelos Serviços; 2 - a ratificação do meu despacho datado de 22 de dezembro de 2020, exarado no documento com a referência I/133563/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar/ratificar o constante da proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA “ESTAÇÃO MULTIMODAL DE TRANSPORTES DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” – PROCº Nº 025/2020/DEC – CAUÇÃO (I/134117/2020) – APROVAÇÃO/RATIFICAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da empreitada “Estação Multimodal de Transportes de Oliveira de Azeméis” - Processo N.º 025/2020/DEC, nos termos e para os efeitos do disposto no número 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando que o adjudicatário, Consórcio Dape, Lda., Axis Arte, Lda., solicitou uma prorrogação de prazo para a entrega da caução, por a entidade bancária a não ter emitido em tempo, conforme relatado na informação do Gabinete de Empreitadas, I/133481/2020 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), dado se tratar de obra financiada por fundos comunitários, Proponho: 1 - que seja aceite de toda a documentação inserida na plataforma eletrónica acinGov, a caução apresentada e a tramitação a executar pelos Serviços; 2 - a ratificação do meu despacho datado de 22 de dezembro de 2020, exarado no documento com a referência I/133481/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar/ratificar o constante da proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO CINE TEATRO CARACAS”- PROCº Nº 17/2019/DEC – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 8 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/134471/2020) – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e para os efeitos do disposto do nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a ratificação do meu despacho, datado de 28/12/2020, exarado no documento com a referência nº I/134397/2020 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), relativo à aprovação do Auto de Medição nº 8 – TC8, relativo a trabalhos contratuais com o valor de 202 139,63 euros ao qual acresce o IVA, da Empreitada “empreitada ” Reabilitação do Cine-Teatro Caracas” - Processo nº 017/2019/DEC. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1673/2019.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho a que se refere a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA ESCOLA EBS DR. FERREIRA DA SILVA, CUCUJÃES – FASE 1 – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 13 DE TRABALHOS CONTRATUAIS – PROCº Nº 028/2017/DEC (I/133696/2020) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/133672/2020 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 013, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 78 106,40 € acrescido de IVA, da Empreitada “Reabilitação da Escola EBS Dr. Ferreira da Silva, Cucujães – Fase 1”. Processo nº 028/2017/DEC. Tem compromisso de fundo disponível (CDF) nº 865/2018.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por

unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A PARTIR DO R17 E PROLONGAMENTO DA REDE DO R24 (S. MARTINHO DA GÂNDARA, MADAIL, PARTE DE UL E TRAVANCA) PROCº Nº 029/2017/DEC – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 24 DE TRABALHOS CONTRATUAIS E AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS A MENOS Nº 1 (I/133793/2020) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/133672/2020 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 013, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 78 106,40 € acrescido de IVA, da Empreitada “Reabilitação da Escola EBS Dr. Ferreira da Silva, Cucujães – Fase I”. Processo nº 028/2017/DEC. Tem compromisso de fundo disponível (CDF) nº 865/2018.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE CUCUJÃES – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS (I/132421/2020) – APROVAÇÃO:** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Á Reunião de Câmara para aprovação do pedido de isenção de pagamento de taxas. - Requerente: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cucujães - PI n.º4415/2016 A requerente solicitou pedido de licenciamento de obras de alteração, ampliação e demolição de edifício existente e alteração de muro de vedação existente, destinado o edifício a fins religiosos e culturais. Deferida a pretensão foram calculadas as taxas resultando um valor de 661,37 euros. A requerente veio solicitar isenção ao abrigo do art.º 6.º do RMUE. Para cumprimento do art.º 7.º juntou os elementos necessários. Estabelece o art.º 6.º, n.º2 que a câmara pode dispensar do pagamento das taxas as entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais recreativas ou outros que na área de Município, prossigam fins de relevante interesse público. Termo em que o pedido apresentado pela requerente deve ser decidido na próxima reunião de câmara.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade isentar do pagamento de taxas requerido pela Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Cucujães. =====

===== **PEDIDOS DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE APRESENTADOS POR ANTÓNIO AUGUSTO DIAS AMORIM (I/132363/2020) E LUCINDA ADÉLIA SOARES DA COSTA (I/90/2021) – APROVAÇÃO:** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foram apresentadas as seguintes propostas: **I/132363/2020:** “Á Reunião de Câmara para aprovação do pedido de Certidão de Compropriedade. - Requerente: António Augusto Dias Amorim - PI n.º 6135/2020

Considerandos: O requerente veio solicitar ao abrigo do disposto no artigo 54, da Lei 91/95 de 02/09, autorização para constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rustico inscrito na matriz pelo artigo 1230 (rustico), da freguesia de São Roque. Nos termos do n.º 1 do referido artigo, "a celebração de qualquer ato jurídico entre vivos que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes dos prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal. No n.º 2 do artigo, refere-se que o parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negocio visa ou dela resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. Em termos de rentabilidade económica, no caso concreto, não se pretende o parcelamento físico do prédio, pois os adquirentes pretendem adquirir a totalidade: tendo assegurado a compropriedade para todo o terreno e não para parcelar o mesmo, atendendo a exploração individual de cada uma das parcelas. Pelo exposto, somos de propor a emissão de parecer favorável a compropriedade." -----

I/90/2021: *“Á Reunião de Câmara para aprovação do pedido de Certidão de Compropriedade. - Requerente: Lucinda Adélia Soares da Costa - PI n.º6336/2020 Considerandos: A requerente veio solicitar ao abrigo do disposto no artigo 54, da Lei 91/95 de 02/09, autorização para constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rustico inscrito na matriz pelo artigo 874 (rústicos) da União de freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail. Nos termos do n.º 1 do referido artigo, "a celebração de qualquer ato jurídico entre vivos que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes dos prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal. No n.º 2 do artigo, refere-se que o parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negocio visa ou dela resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. Em termos de rentabilidade económica, no caso concreto, não se pretende o parcelamento físico do prédio, pois os adquirentes pretendem adquirir a totalidade: tendo assegurado a compropriedade para todo o terreno e não para parcelar o mesmo, atendendo a exploração individual de cada uma das parcelas. Quanto ao parcelamento para efeitos de construção, dir-se-á que a alinação será feita apenas a dois proprietários que os mesmos teriam sempre direito a esse parcelamento por via da operação de destaque. Pelo exposto, somos de propor a emissão de parecer favorável a compropriedade.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar as propostas apresentadas. =====*

===== **OUTROS** =====

===== **ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O INSTITUTO DE REGISTOS E NOTARIADO I.P. E A ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A EXPANSÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA (I/134696/2020) – RATIFICAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando

que: - A Lei n.º 78/2017, de 17.08, criou um sistema de informação cadastral simplificada, com vista à adoção de medidas para a imediata identificação da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos e mistos - aqui se incluindo os prédios inscritos na matriz urbana da Autoridade Tributária e Aduaneira que relevam para a identificação dos prédios mistos - face à diferente conceptualização utilizada, estabelecendo um procedimento de representação gráfica georreferenciada, um procedimento especial de registo de prédio rústico e misto omissivo e ainda um procedimento de identificação, inscrição e registo de prédio sem dono conhecido bem como à criação do Balcão Único do Prédio (BUPi), plataforma de articulação do cidadão com a Administração Pública no âmbito do cadastro predial; - Com a aprovação da Lei n.º 65/2019, de 23.08, se generalizou a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada a todo o território nacional; - O conhecimento dos limites e da titularidade da propriedade se afigura absolutamente crítico e imprescindível às atividades de planeamento, gestão e apoio à decisão sobre o território, a sua ocupação e uso, das quais depende o desenvolvimento sustentável de políticas públicas em diferentes domínios; - As atribuições do Município em matéria de Ordenamento do Território e Urbanismo e promoção do desenvolvimento, previstas nas alíneas m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual; - Nos termos do n.º 3 do art.º 35º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, e dadas as circunstâncias excecionais, e por motivo de urgência não ser possível extraordinariamente a Câmara Municipal, e no uso das excecionais das competências que me estão atribuídas e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, em 28 de dezembro de 2020, celebrei Acordo de colaboração interinstitucional, com o Instituto dos Registos e Notariado I. P., e a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, nos termos do n.º 5 do artigo 1.º da citada Lei n.º 65/2019, de 23.08, e do n.º 1 do art.º 27.º da Lei n.º 78/2017, de 17.08, com vista, designadamente, à expansão do sistema de informação cadastral simplificada e do BUPi; - o presente acordo de colaboração é um dos documentos essenciais à aprovação da candidatura: Aviso_Norte-62-2020-23, no âmbito do Sistema de Informação Cadastral Simplificada; - A designação da trabalhadora Lisbeth Marques como Gestor do Acordo de Colaboração (art.º 290.ºA do CCP). Proponho: - A ratificação do Acordo de colaboração interinstitucional, com o Instituto dos Registos e Notariado I. P., e a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), bem como a convalidação dos atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data que os mesmos respeitam ou foram praticados, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09; - Que se remeta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o acordo de colaboração apresentado. Remeter à Assembleia Municipal. =====

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 3, e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o nº4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 10 horas e 27 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, _____, na qualidade de secretária a redigi. =====